

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

| | |
|---|----|
| Índios Ashaninka fazem contato com tribo desconhecida no Acre. Kátia Brasil – Site da Carta Capital, Sociedade. 02/07/2014 | 4 |
| Nota sobre o falecimento do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/07/2014..... | 7 |
| CONTAG, FETAGs e STTRs lamentam morte de Plínio de Arruda Sampaio – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 09/07/2014. 7 | |
| Sucessão rural em foco no Ano Internacional da Agricultura Familiar. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/07/2014..... | 8 |
| Escritório australiano descarta possibilidade de El Niño forte em 2014. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 15/07/2014 | 8 |
| Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas em 2013 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/07/2014..... | 9 |
| Exposição tecnológica no Rio Grande do Sul valoriza a agricultura familiar e o cooperativismo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/07/2014 | 11 |
| Mapa assina dois novos contratos no total de R\$ 363 milhões – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/07/2014..... | 11 |
| Portarias prorrogam o período de plantio do trigo e da cevada – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/07/2014..... | 12 |
| Câmara do feijão, tabaco e algodão se reúnem nesta semana – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/07/2014..... | 12 |
| Conab comercializa 15 mil toneladas de milho para Rio Grande do Sul. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 25/07/2014..... | 12 |
| Cientistas entregam propostas aos presidentiáveis para a área de ciência e tecnologia. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Blogs. 25/07/2014..... | 13 |
| Os produtores conseguirão segurar a onda pessimista. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 25/07/2014 | 15 |
| Recursos contratados do Funcafé totalizam R\$ 2,392 bilhões – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/07/2014..... | 17 |
| O caminho das águas. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 26/07/2014.... | 17 |
| Remessa de 2,4 mil toneladas milho vai atender Roraima. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 28/07/2014..... | 18 |
| Publicados preços mínimos para produtos extrativos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/07/2014..... | 19 |
| O adubo é dinheiro. Mário Bittencourt – Site da Carta Capital, Economia. 29/07/2014 | 19 |

| | |
|--|----|
| FAEC apoia a regulamentação trabalhista – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Trabalho e previdência. 29/07/2014..... | 20 |
| FETAG-BA debate a agricultura familiar no 8º Congresso Estadual e celebra os 50 anos da entidade – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/07/2014..... | 21 |
| Projeto vai fortalecer cooperativismo no Paraná – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 30/07/2014 | 22 |
| CNH Industrial tem lucro líquido de US\$ 354 milhões no 2º trimestre. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2014..... | 22 |
| Lucro líquido da Mosaic cai 42,2% no 2º trimestre, a US\$ 248,2 milhões. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2014 | 23 |

Índios Ashaninka fazem contato com tribo desconhecida no Acre. Kátia Brasil – Site da Carta Capital, Sociedade. 02/07/2014

Índios isolados saquearam aldeia no Acre 20 dias antes. De acordo com Leonardo Lenin, da Coordenação-Geral de Índios Isolados da Funai, indígenas sofrem com madeiras e ocupação de terras no Peru

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou na terça-feira 1º que um povo indígena desconhecido que vive isolado na floresta amazônica estabeleceu o primeiro contato com índios da etnia Ashaninka e servidores do órgão no Alto Rio Envira, na fronteira do Estado do Acre com o Peru. Na região, que é alvo de invasão de madeiros e narcotraficantes, foram avistados ao menos três grupos de índios sem contato nos últimos 30 anos pelas equipes da Frente de Proteção aos Índios Isolados da Funai.

Segundo a Funai, o contato do povo indígena isolado aconteceu de forma pacífica na aldeia Simpatia, que fica na terra indígena Kampa (Ashaninka) e Isolados do Alto Envira, no dia 29 de junho. Mas há 20 dias, os índios desconhecidos assustaram mulheres e crianças Ashaninka quando apareceram nas malocas pegando painéis e facões.

O clima ficou tenso entre índios desconhecidos e os Ashaninka, o que levou o Governo do Acre a realizar uma operação de segurança com apoio do Exército e da Polícia Federal na fronteira. Em nota divulgada no dia 17 de junho, o Governo do Acre informou que a chamada Operação Simpatia consistia em averiguar as ameaças que a comunidade Ashaninka recebiam de “índios isolados” e classificou os desconhecidos de “saqueadores”.

Diante da aproximação dos índios isolados na aldeia Simpatia, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Travassos, viajou para região para acompanhar o trabalho das equipes da Frente de Proteção Etnoambiental Envira e do sertanista José Carlos Meirelles, da Assessoria Indígena do Governo do Estado do Acre. A Funai não divulgou fotografias do encontro dos Ashaninka.

Segundo a Funai, a equipe recebe apoio do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, do Alto Rio Juruá/Secretaria Especial de Saúde Indígena para desenvolver o Plano de Contingência para Situações de Contato e evitar que os dois povos indígenas contraem doenças.

Na região do Alto Envira na fronteira com o Peru, os três grupos de índios isolados avistados em 30 anos de pesquisas foram denominados pela Funai como o povo da cabeceira do Riozinho, o povo do Rio Xinane e o povo do Rio Humaitá. Há um quarto grupo isolado no Acre que é denominado de Mashco-Piro. Com o contato na aldeia Simpatia, a fundação tenta qualificar os índios desconhecidos por meio de intérpretes para que haja maior conhecimento do grupo e sua língua.

A Funai diz que a Política de Proteção aos Índios Isolados tem como premissa não fazer o contato para respeitar a autodeterminação dos povos. O objetivo é realizar o trabalho de proteção territorial com a presença deles. No entanto, é prevista ações de intervenção – como planos de contingência – quando o grupo indígena isolado procura estabelecer o contato.

Na aldeia Simpatia, onde ocorreu o contato, vivem ao menos 70 índios Ashaninka, sendo a maioria mulheres e crianças. A comunidade está localizada na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, regularizada pela Funai com 232.795 hectares. Na reserva existem seis aldeias Ashaninka onde moram 420 índios da etnia. Os indígenas Ashaninka pertencem a família lingüística Aruak (ou Arawak).

Leia a entrevista exclusiva com Leonardo Lenin, o coordenador substituto da Coordenação-Geral de Índios Isolados da Funai.

Amazônia Real: Qual o provável motivo para o povo indígena isolado se aproximar da aldeia Simpatia dos índios Ashaninka?

Leonardo Lenin: Essa região do Acre na fronteira com o Peru, conhecida como Paralelo 10, é formada por unidades de conservação como áreas indígenas. O que acontece é que do lado brasileiro a Funai está conseguindo fazer um trabalho de proteção daquela região. Do lado peruano, tem muitos informes sobre abertura de estradas, ocupação por extração de madeira e áreas de uso irregular. O que pode estar havendo é uma intensificação do lado do Brasil, por estar um pouco mais protegida, desses grupos de índios isolados. Isso pressiona esses grupos que já existem do lado brasileiro, inclusive de isolados também. O que a gente tem tentado é que, uma vez que não se trata somente de índios isolados do lado brasileiro, é buscarmos aumentar a interlocução com o governo peruano para discutir essa situação.

AR: Do lado brasileiro, qual é a situação das terras dos índios isolados?

LL: Na região do Acre, fora a do Alto Tarauaca que é de uso exclusivo dos índios isolados, tem as outras áreas que chamamos de uso compartilhado com índios isolados e outros grupos, por exemplo os Ashaninka. Na região do Acre temos uma região para fazer um estudo de reedição de uso para a proteção desses grupos, área que está sendo analisada pela Funai.

São terras indígenas no Acre: o Alto Tarauacá, Ponta Isolada do Rio Envira, Terra Indígena do Riozinho do Alto Envira e Kaxinawá do Rio Humaitá. Essas terras estão com o processo de regularização concluso. Essa região do Riozinho, na divisa com Alto Envira com Alto Tarauacá, é que temos a notícia da presença dos índios isolados na aldeia Simpatia, que é a última aldeia indígena do lado brasileiro.

AR: A Funai relatou que o povo indígena isolado apareceu por volta do dia 10 de junho na aldeia Simpatia. O que aconteceu que assustou os Ashaninka?

LL: Não temos como confirmar quantos índios apaceram na aldeia Simpatia. Com a ajuda do sertanista José Carlos Meirelles, da Assessoria Indígena do Governo do Estado do Acre, que é parceira nossa, a equipe fez um sobrevoo de helicóptero à região. Obviamente não foi avistado o grupo, mas foram coletadas informações na aldeia Simpatia e observado o registro desse grupo. O que acontece é que temos visto que, até por este crescimento populacional, nesse período de estiagem há a saída desses grupos isolados que se dirigem para esses locais onde eles encontram facão, machado, panelas. Eles vão buscar essas ferramentas que, óbvio, eles já incorporaram ao cotidiano deles e, não tem outra forma deles adquirir, a não ser nessas comunidades vizinhas. Essas

aquisições, obviamente, deixam as populações dos Ashaninka, dos Kaxinawá bem inseguros.

AR: Para evitar a insegurança dos povos Ashaninka e eventuais conflitos que medidas a Funai vai tomar?

LL: O que a gente tem que fazer dentro da política do não contato é a proteção territorial. Essa proteção territorial se dá com servidores extremamente e minimamente estruturados para realizar o trabalho em campo, seja de garimpeiros, incursão em campo, seja de narcotráfico na região.

Uma outra ação é fazer um trabalho no entorno, que é você ver como esses grupos isolados estão impactando a ocupação territorial desses grupos já estabelecidos como os Ashaninka. Temos um trabalho de avaliar esses impactos para tentar compensar os problemas, mitigar essas relações, mas também muito trabalho de sensibilizar esses grupos para os ajudar na proteção dos índios isolados. A outra coisa na proteção desse índios isolados é a situação de saúde. Esses grupos podem sofrer decréscimo populacional por doenças que eles não adquiriram ainda. Então nessa ação que estamos fazendo agora, tem uma equipe da Sesai acompanhando a equipe da Funai para fazer o diagnóstico do atendimento de saúde, que é muito precário na aldeia Ashaninka. Uma vez que estamos fazendo a ação e o atendimento dos Ashaninka, estamos de alguma forma protegendo os índios isolados.

AR: O governo do Acre tratou os índios isolados como “saqueadores”. Como a Funai trata os índios isolados na situação com os Ashaninka?

LL: Temos uma equipe da Funai lá, inclusive, com uma pessoa do Governo do Acre, que é o sertanista Meireles, que foi coordenador da Frente por muito tempo, para qualificar esse grupo. Se esse grupo é um dos três que já monitoramos ou se é outro grupo, ou é um grupo vindo do Peru, é um grupo vulnerável. Eles estão fugindo de uma situação extrema, e a gente não vai colocar eles como uma situação de ilegal. A gente não tem nem a confirmação de quem é esse grupo. Então a gente vai se esforçar para fazer a qualificação para fazer alguma tipo de afirmação.

AR: Essa situação entre índios isolados e Ashaninka é a mais crítica que se tem notícia?

LL: A situação do Acre que já era assim. Toda situação que acompanhamos com os índios isolados é sempre muito vulnerável. Em relação ao Acre a gente tem sempre uma preocupação justamente por ser áreas que têm a presença de outros grupos da região. É esse receio de haver um embate. A situação é crítica porque a gente continua trabalhando sem o aporte necessário para essa atribuição. O servidor precisa ficar muito tempo em campo e com o material suficiente para ter segurança. E temos históricos da Funai de dificuldades tanto com recursos humanos e orçamentários.

Nessa região do rio Envira e rio Xinane tínhamos duas bases de proteção. Hoje nós não conseguimos manter uma frente por causa dessa questão de recursos humanos e orçamentários. A outra base que era na aldeia Simpatia deixou de existir em 2011. Tivemos que abandonar a base em função da presença de narcotraficantes na região peruana.

Então, além da dificuldade da ocupação interna da Funai de recursos humanos e orçamentários, temos outras ações que independem da ação da Funai que é o controle de acesso, que é muito além das atribuições da Funai, estão ligadas aos órgãos de segurança do Estado Brasileiro.

AR: Qual o orçamento da Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatos para 2014?

LL: A previsão para 2014 era de um orçamento de R\$ 2.661.435,00 e tivemos um contingenciamento de R\$ 738 mil, o que está fazendo a gente trabalhar esse ano com um recurso de R\$ 1.863.005,00. A estimativa que tínhamos para trabalhar nas 12 Frentes de Proteção Etnoambiental e 36 equipes desde a reestruturação ao material permanente é de até R\$ 18 milhões, sem incluir os recursos humanos. Seria um recurso para mantermos as bases, fazer as expedições em regiões que ainda não temos a confirmação da presença dos índios isolados. Então você vê o quanto estamos desfalcados nesse atendimento das frentes. Isso revela bem a fragilidade da qualidade do nosso trabalho.

Nota sobre o falecimento do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/07/2014

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) lamentam o falecimento de Plínio de Arruda Sampaio, nesta terça-feira, 8, na cidade de São Paulo, e se solidarizam com a família. O ex-deputado federal estava com 83 anos.

Registramos nossa homenagem ao homem que dedicou sua vida à luta pela reforma agrária e justiça social no País.

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário

Carlos Mário Guedes de Guedes, presidente do Incra

CONTAG, FETAGs e STTRs lamentam morte de Plínio de Arruda Sampaio – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 09/07/2014

A CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e as Federações e Sindicatos lamentam o falecimento do companheiro Plínio de Arruda Sampaio, ocorrido nesta terça-feira (8). Plínio foi um incansável lutador pelos direitos do povo, pela liberdade e igualdade, luta onde a Reforma Agrária sempre teve centralidade, como medida imprescindível para garantir um projeto de desenvolvimento incluyente e libertador.

Plínio, ao longo dos seus 83 anos, acumulou uma trajetória política e militante respeitável. Foi o relator do projeto de Reforma Agrária no governo de João Goulart e, por anos, atuou desenvolvendo trabalhos para a causa na Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU). Combateu a ditadura militar e, por isso, ficou exilado por vários anos no Chile.

Foi fundador do PT, deputado federal, com uma atuação forte durante a Constituinte e nas Diretas Já. Desde 2005, era filiado ao PSOL, partido pelo qual concorreu à Presidência da República nas eleições de 2010. O companheiro presidiu a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e, atualmente, era o presidente de honra da entidade, mantendo a sua luta incansável por uma Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade. No início do Governo Lula, foi o relator da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária.

A CONTAG, as FETAGs e STTRs expressam os seus profundos sentimentos pelo falecimento do companheiro Plínio aos seus familiares, amigos(as) e aos inúmeros parceiros e parceiras de luta, e destaca a sua respeitável trajetória em favor da Reforma Agrária. Esta segue sendo uma luta atual e necessária, que deve continuar a ser conduzida com a mesma energia, vitalidade e crença sempre demonstrada por ele.

Sucessão rural em foco no Ano Internacional da Agricultura Familiar. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/07/2014

No Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AIAF/CI), a Sucessão Rural é um dos temas em debate. Essa questão interage com o projeto político do MSTTR, que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Ele defende um meio rural com gente e com qualidade de vida por meio da valorização das populações do campo, da floresta e das águas, da garantia de direitos sociais, da soberania e segurança alimentar, da desconcentração de terras, poder e renda, e da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, vem da agricultura familiar a maioria dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros(as). Por outro lado, a contínua migração de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais para a cidade preocupa o movimento sindical. Afinal, essa saída deve-se, principalmente, à ausência de políticas públicas, voltadas para o conjunto da classe trabalhadora rural, que tem restrito acesso à terra, aos direitos sociais como educação, saúde, esporte e habitação e a oportunidade de comercialização e garantia de renda.

O acesso ao programa Nosso Primeiro Crédito, do governo do Rio Grande do Sul, fez com que a agricultora familiar Elisete Sehn permanecesse no campo. Ela acessou esta política em 2004, quando estava com 29 anos, e comprou a própria terra, onde vive hoje com o marido e os filhos. Antes, produziam em uma área arrendada. A família produz fumo, leite e milho. “Ainda enfrentamos dificuldades, principalmente com relação à renda, pois tem ano que a safra não é boa. Mas, acessar esse crédito foi uma boa oportunidade e estamos conseguindo pagar a nossa terra”, disse Elisete.

Escritório australiano descarta possibilidade de El Niño forte em 2014. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 15/07/2014

SÃO PAULO - O ligeiro esfriamento das águas superficiais do Oceano Pacífico no último mês reduziu a variação térmica da região e indica que, se houver registro de El Niño na primavera deste ano, é cada vez menos provável que será uma ocorrência forte,

avaliou hoje o escritório de meteorologia da Austrália, que acompanha as temperaturas e os mapas meteorológicos do oceano.

Segundo alerta do escritório, o aquecimento das águas do Oceano Pacífico nos últimos meses “tem preparado o sistema climático para um El Niño em 2014”, mas “uma falta geral de resposta atmosférica no último mês resultou em algum esfriamento do Oceano Pacífico tropical”.

Dessa forma, a maioria dos modelos climáticos confirma que é “possível” a ocorrência de um El Niño durante a primavera, mas que sua ocorrência “é cada vez mais improvável que seja um evento forte”.

O escritório australiano alertou, ainda, que também tem ocorrido mudanças de temperatura nas águas superficiais do Oceano Índico. Desde meados de junho, o índice de dipolo desse oceano está 0,4 graus Celsius negativo, o que indicaria uma alteração anormal das temperaturas das águas do Índico. Porém, “seria preciso se manter negativo até agosto para ser considerado um evento”, explica o escritório.

Valores negativos no Oceano Índico são raros quando, no Pacífico, as águas superficiais estão mais quentes que a média. Porém, segundo o escritório australiano, os modelos climáticos sugerem que as temperaturas no Índico vão voltar ao normal na primavera.

As condições climáticas no Oceano Índico podem ter contribuído para as chuvas abaixo da média histórica no sudeste da Austrália em junho. Geralmente, o dipolo negativo desse oceano provoca uma primavera e um inverno chuvosos no interior e no sul da Austrália.

Cimi lança relatório com dados de violência contra os povos indígenas em 2013 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/07/2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança nesta quinta-feira (17 de julho), às 9h30, na sede da CNBB, o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil que sistematiza os dados de violências cometidas contra os povos e comunidades indígenas em 2013.

(CIMI)

O panorama político explicita que as recentes investidas e ataques contra os direitos dessas populações têm um reflexo direto nas aldeias em todo o país. A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos através de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram como consequência o acirramento dos conflitos que envolvem a disputa de terras.

Há mais de 20 anos o Cimi sistematiza informações levantadas por suas equipes espalhadas pelo Brasil, que atuam próximas ou até mesmo nas próprias áreas indígenas. Dados pesquisados junto aos órgãos públicos e notícias veiculadas pela imprensa também servem de base para o relatório.

Dividida em quatro partes, a publicação traz no primeiro capítulo as seguintes categorias: omissão e morosidade na regularização das terras indígenas; conflitos relativos a direitos territoriais; e invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. A segunda parte apresenta as violências cometidas “contra a pessoa”, dentre elas constam assassinato, ameaça de morte, abuso de poder, homicídio culposo, lesão corporal dolosa, racismo e discriminação e violência sexual, dentre outras. Já o terceiro capítulo traz dados sobre as violências causadas por omissão do poder público, como desassistência geral e desassistência nas áreas de saúde e educação, morte por desassistência, mortalidade infantil e suicídio. E, por último, há informações sobre os povos indígenas que vivem em situação de isolamento ou de pouco contato no Brasil e as principais ameaças a que estão sujeitos.

O relatório explicita que a presidenta da República Dilma Rousseff continua tendo a pior média de homologações de terras indígenas desde o fim da ditadura militar, com 3,6 homologações por ano. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. Mas nem mesmo esta terra pôde ter seu registro efetivado, visto que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, concedeu liminar contra o seu registro em cartório. Portanto, nenhum procedimento demarcatório foi concluído em 2013.

Em relação à saúde indígena, a situação é de total omissão. “A constatação de que a cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida”, afirma Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi.

Sobre a ocorrência de suicídios, dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), divulgados em maio deste ano pelo Cimi, mostram uma realidade bastante devastadora no estado do Mato Grosso do Sul: 73 casos em 2013, uma média de um suicídio a cada cinco dias. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá do estado, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos.

Além da presença de Dom Erwin e da coordenadora do relatório, a antropóloga Lúcia Helena Rangel, uma liderança indígena do povo Tenharim também estará presente no lançamento do relatório. Quase exterminados pela construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, dos cerca de 10 mil Tenharim sobreviveram pouco mais de 100 pessoas naquela ocasião. Em dezembro de 2013, eles foram envolvidos no que consideram ser “o segundo massacre do povo”, quando foram responsabilizados pelo desaparecimento de três não indígenas na Transamazônica. Incitada por madeireiros, a população de Humaitá se revoltou contra os Tenharim, queimando um barco, vários veículos e os prédios da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Sesai, além de terem ameaçado e discriminado radicalmente os indígenas, que ainda foram violados em seus direitos pelas próprias forças policiais em suas aldeias. Em um dos casos mais emblemáticos de violência, ocorrido no ano passado, os Tenharim foram condenados pela mídia sem que tivessem sequer sido ouvidos. E, apesar da falta de provas, cinco indígenas estão presos em Porto Velho.

“Existem muitos madeireiros que têm raiva da gente porque eles não podem invadir a reserva para tirar madeira. Tempos atrás, com as operações da Funai e de outros órgãos, eles tiveram carros e tratores apreendidos e ficaram com mais raiva. O que eles fizeram foi aproveitar o momento para se unirem contra nós, se articulando com a população. Foram eles que bancaram o protesto, quando invadiram nossas aldeias”, afirmou a liderança Ivanildo Tenharim, na época da violenta manifestação contra o seu povo.

Serviço:

O quê: Lançamento do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2013

Quando: 17 de julho (5a feira), às 9h30

Onde: No auditório da sede da CNBB, Setor de Embaixadas Sul, Quadra 801, Conjunto B, ao lado da Embaixada do Vaticano, próximo a Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF)

Exposição tecnológica no Rio Grande do Sul valoriza a agricultura familiar e o cooperativismo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/07/2014

Agricultores familiares poderão conferir a partir de amanhã (17) até o dia 20, a sétima edição da Rural Show, uma mostra tecnológica realizada no município gaúcho de Nova Petrópolis, a 95 quilômetros da capital Porto Alegre (RS). Neste ano, estarão expostos máquinas, implementos agrícolas e gado leiteiro.

Além da exposição, os visitantes poderão participar da programação voltada para a valorização do setor e do cooperativismo. Um dos destaques é a palestra O Papel da Agricultura Familiar na Segurança Alimentar, ministrada pelo chefe do escritório brasileiro da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Alan Bojanic, na sexta-feira (18), às 15h.

Mapa assina dois novos contratos no total de R\$ 363 milhões – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/07/2014

Contratos assinados pelo Ministério da Agricultura somam R\$ 2,189 bilhões

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) assinou dois novos contratos com agentes financeiros para repasses de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), no valor de R\$ 363 milhões, aprovados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.325/14 e nº 4.340/14. Os extratos desses contratos foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (17).

Os contratos financiarão operações de custeio (R\$ 609 milhões), estocagem (R\$ 909 milhões), aquisição do café (FAC - R\$ 459 milhões), capital de giro para indústrias de torrefação (R\$ 36 milhões), de café solúvel (R\$ 42 milhões) e cooperativas de produção (R\$ 134 milhões), totalizando R\$ 2,189 bilhões.

Os agentes financeiros contratados são Banco Fibra S.A. e Banco Rabobank Internacional Brasil S.A.

Portarias prorrogam o período de plantio do trigo e da cevada – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/07/2014

Prorrogação contempla municípios do Rio Grande do Sul

Foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (17), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), as Portarias nº11 e nº12, que prorrogam o período final de plantio indicado no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) do trigo e da cevada no Estado do Rio Grande do Sul. A prorrogação contemplou os municípios que encerraram o plantio no dia 30 de junho e no dia 10 de julho, estendendo o período para até o dia 20 de julho de 2014.

A prorrogação, que pode ser de no máximo 20 dias, foi necessária para possibilitar aos produtores, atingidos pelo excesso de chuva ocorrida em algumas áreas do Estado, a finalização do plantio, mantendo, ainda assim, as lavouras em condições de baixo risco climático.

Com a medida, boa parte dos municípios do Rio Grande do Sul, indicados no ZARC do trigo e da cevada, passam a ter o período de plantio encerrado em 20 de julho ou 31 de julho deste ano, já que para esses últimos a portaria já previa essa condição.

Câmara do feijão, tabaco e algodão se reúnem nesta semana – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/07/2014

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promove nesta semana três câmaras setoriais. Na terça-feira (22), a partir das 14h, acontece a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco em Cruz das Almas (BA). No mesmo dia e horário, ocorre a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, em Londrina (PR).

Na sexta-feira (25), às 14h, será realizada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, em Manaus (AM).

Conab comercializa 15 mil toneladas de milho para Rio Grande do Sul. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 25/07/2014

Em operação realizada na manhã desta sexta-feira (25), a Companhia Nacional de Abastecimento comercializou 100% dos lotes relativos à operação de contratação de serviços de transporte para a remoção de 15 mil toneladas de milho. O produto está armazenado em Mato Grosso e deverá ser entregue no Rio Grande do Sul. O grão será disponibilizado a preço de mercado pelo Programa de Vendas em Balcão para ser comercializado a partir de agosto.

Na próxima semana, deverá ser publicado um novo aviso de frete de milho para o RS. A expectativa é de que sejam ofertadas 32,9 mil toneladas de milho. As remoções já foram autorizadas pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos.

Milho para região da Sudene

Nesta semana, a Conab também realizou leilão de frete de milho para atender 10 estados da região Sudene. Foi contratada a remoção de 55,9 mil toneladas do grão para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Minas Gerais. O produto será disponibilizado a preço subsidiado apenas os municípios da Sudene que estão em situação de emergência decretada pelo Ministério da Integração Nacional/Defesa Civil.

Esta operação atende às regras que foram definidas por meio da Portaria Interministerial nº 710 que autoriza a Companhia a vender até 180 mil toneladas de milho em grãos dos estoques públicos do governo, a preços diferenciados, até o final do ano. O produto será comercializado pelo Programa Vendas em Balcão Especial.

Novo leilão

Na próxima segunda-feira (28), a Conab irá realizar também duas contratações de frete para o Vendas em Balcão normal. A ação tem o objetivo de contratar frete de 369,3 mil t de Araçatuba (SP) para Santa Helena de Goiás (GO) e outras 2,4 mil t de Sapezal (MT) para Boa Vista (RR).

O milho é em grãos, a granel e vinculado aos estoques de Contrato de Opção e Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O leilão está detalhado no aviso nº 95/2014, disponíveis no site da Conab.

Cientistas entregam propostas aos presidentiáveis para a área de ciência e tecnologia. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Blogs. 25/07/2014

Documentos preparados pela ABC e pela SBPC pedem valorização da educação, da ciência e da inovação na indústria como formas de alavancar o desenvolvimento do país

Dobrar o esforço de investimento do país em ciência e tecnologia, de 1% para 2% do PIB nacional, “como ocorre em países desenvolvidos”. Agregar valor tecnológico à produção industrial brasileira e “readequar nossa legislação de propriedade intelectual para o século 21”. Incluir a Amazônia na agenda nacional e estudar muito mais a fundo o mar territorial brasileiro, em todos os seus aspectos. Valorizar os professores, estimular a formação de técnicos e modernizar a gestão das universidades públicas, “com sistemas de gestão e financiamento compatíveis com as mais destacadas instituições internacionais”.

Essas são algumas das propostas apresentadas pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) num documento que será entregue a todos os candidatos à presidência do Brasil, intitulado Por uma política de Estado para ciência, tecnologia e inovação. São 41 propostas no total, organizadas em quatro grandes temas: O Brasil na Fronteira da Produção do Conhecimento; Agregação de Valor à Produção e Exportação do Setor Industrial; A Bioeconomia e a Conservação e o Uso Sustentável dos Biomas Nacionais; e O Brasil Precisa de uma Revolução na Educação.

A primeira autoridade a receber o documento foi a presidente Dilma Rousseff, numa reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), em junho. A segunda foi a candidata à vice-presidência Marina Silva, ontem, na reunião anual da Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que neste ano ocorre na Universidade Federal do Acre, em Rio Branco – berço geográfico e acadêmico de Marina. O candidato à presidência Eduardo Campos, que foi ministro de Ciência e Tecnologia na primeira gestão do governo Lula, havia confirmado participação no evento, mas cancelou a viagem na última hora por causa da morte do escritor Ariano Suassuna, que era amigo de sua família em Pernambuco.

“Nós queremos ouvir a comunidade científica, não só para legitimar o que já foi decidido, mas para influenciar os processos que estão em curso na administração pública”, disse Marina. “A ciência é fundamental, se não para nos ajudar a encontrar novos caminhos, para nos mostrar novas maneiras de caminhar”, completou ela, usando como exemplo a necessidade de criar um modelo de desenvolvimento diferenciado para a Amazônia, baseado na biodiversidade, que não reproduza simplesmente os modelos econômicos das outras regiões.

Sobre a possibilidade de assumir um compromisso de aumentar os investimentos em ciência e tecnologia para 2% do PIB (hoje esse índice é de aproximadamente 1,1%), Marina disse que essa possibilidade está sendo analisada por sua campanha, mas que ainda não há uma posição fechada com relação a ela. “Não posso dizer que vamos assumir esse compromisso (de 2%)”, disse. “Mas com certeza há um compromisso de fazer uma ampliação desses recursos.” Ela ressaltou que há várias outras áreas reivindicando compromissos orçamentários semelhantes, e que se “carimbar demais” o orçamento, corre-se o risco de engessa-lo.

A SBPC declarou apoio ao documento da ABC e entregou a Marina uma carta própria, elaborada pelo conselho da entidade na reunião de Rio Branco, e também endereçada aos presidentes (que foram todos convidados para o evento). Além do aumento dos investimentos em ciência e tecnologia, a carta pede mais transparência do governo federal com relação à aplicação desses recursos.

“Será importante também conhecer o volume de recursos destinados por lei a CT&I, contingenciados em sucessivas administrações e acumulados nas contas do Tesouro”, diz a carta, que também pede proteção à pesquisa básica, num momento em que as políticas públicas do setor dão uma ênfase cada vez maior à pesquisa aplicada, voltada para a inovação tecnológica. “Imaginar que a Política de Ciência e Tecnologia deva se concentrar nas áreas de aplicação industrial inovativa é desconhecer o papel seminal da pesquisa básica. Trata-se de um grave equívoco que compromete o desenvolvimento científico e tecnológico.”

PARCERIA

Em sua fala para um auditório recheado de pesquisadores e alunos da área de ciência, Marina disse que é preciso haver uma “parceria profunda entre o governo e a comunidade científica”. “Muito do conhecimento que vocês produzem fica na prateleira, e acaba não sendo levado em conta pelo governo nos processos de tomada de decisão”, afirmou.

Marina, que foi ministra do Meio Ambiente no primeiro mandato do governo Lula, citou como exemplos os casos da revisão do Código Florestal e do descaso dos governos com relação ao risco de uma crise hídrica no País. “Desde 2001 a ciência vem

alertando para esse risco. Treze anos se passaram e parece que não aprendemos nada; os alertas da ciência não estão sendo ouvidos.”

Com relação à conservação da Amazônia, é com base na ciência, segundo Marina, que seria possível assumir um compromisso de desmatamento zero, sem prejuízos para a agricultura brasileira.

“Sou acusada de ser contra o agronegócio, mas os estudos mostram que o Brasil não precisa aumentar sua produção pela expansão predatória (da fronteira agrícola) sobre os biomas brasileiros. Podemos dobrar a produção sem derrubar mais nenhuma árvore”, disse.

Perguntada sobre sua posição com relação ao uso de animais em pesquisa – um dos temas mais polêmicos no relacionamento da ciência com a sociedade – Marina disse que defende o uso de métodos alternativos, quando isso for viável, mas não se opõe ao uso de animais, quando isso for necessário para o avanço da ciência e da medicina. “O que não pode é haver uma banalização”, afirmou.

Os produtores conseguirão segurar a onda pessimista. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 25/07/2014

Seguir ingenuamente a onda pessimista que “varre” o País, como especulam as folhas e telas cotidianas, é entregar-se direto aos braços do Cão

Pois vejam só, passou uma semana e eu não mudei de ideia. Não é o usual. Continuarei no tema dos preços dos alimentos.

Na última coluna, comentei sobre os grãos, responsáveis pela grande movida do comércio agrícola internacional. Juntos, costumam carregar os preços de carnes, óleos, farelos, papinhas.

As produções previstas nos grandes países exportadores e o crescimento dos estoques finais estão pondo em polvorosa os hectares plantados nos EUA, Brasil e Argentina.

Sugiro calma. No panic, por favor, amigos que me receberão por alguns dias em sertões e veredas, para que parto.

O perrengue não é pra já. Seguir ingenuamente a onda pessimista que “varre” o País, como especulam as folhas e telas cotidianas, é entregar-se direto aos braços do Cão.

Estou certo de que os produtores conseguirão segurar a onda. A demanda será maior do que a prevista. Baixem, também, seus custos. Não temam economizar com agroquímicos trocando-os por produtos mais baratos, de extração orgânica, e de eficácia semelhante.

Vejo isso funcionando o tempo todo entre sábios agricultores que acolhem tecnologias que não têm a atenção do governo e do poder das indústrias multinacionais.

Falemos, pois, de outros produtos. A cana-de-açúcar, por exemplo. A mais chorada dos últimos anos (já pressinto o meu amigo Fernando Machado a ponderar, embora o seu Goiás já seja o 2.º maior produtor da gramínea).

Segundo a Conab, devemos plantar 320 mil hectares a mais de cana, crescimento de 3,6% sobre a safra anterior.

Quem anda pelos canaviais paulistanos percebe que a seca castigou mais do que devia e fez cair a produtividade. Não muito, 1,6%. O aumento da área plantada e a produtividade no Nordeste farão a produção crescer 2%.

Tá bom demais, pois contribui para não afetar negativamente os preços do açúcar, em elevação ao redor de 20%, em 2014.

Do etanol, cuidará o próximo governo. Não sou pitonisa, mas na sequência da mais recente e estranha pesquisa Datafolha (CartaCapital explica bem) sugiro conversas com Nelson Barbosa, Armínio Fraga ou André Lara Resende, na ordem.

Ainda que depois do 2.º turno, garantido pelo jornal que patrocina o Instituto.

Cafezinho mineiro, ah este é melhor tomar quentinho junto com varandas e ouvindo um disco do Xavantinho e Pena Branca. Os cafeicultores nunca sabem o quanto irão colher, o que farão os vietnamitas e seus chapéus cônicos, e se os colombianos preferirão homenagear o magistral escritor Gabriel García Márquez ou o craque James Rodríguez.

Choravam a R\$ 260 a saca de 60 kg; não as vendem a R\$ 400; esperam que chegue aos R\$ 600. Se não chegar é simples: basta não pagar quem os financiou. Como se sabe, ao contrário de cigarros de palha, o café, guardado em condições adequadas, dura um tempão.

E o arroz, o feijão, os tubérculos? Escrevi na coluna anterior. Todos na espreita, para ver quem dispara primeiro entre os 1º e 2º trimestres de 2015.

Não recomendo saírem por aí fazendo estoque como diligentes formigas. O arroz, apesar das inundações sulinas, cresce 3,1% a produção; o número de sacas de feijão será 26% maior. Hora de vocês se matarem de rir de quem os privou da feijoada semanal, segundo a TV Globo.

Entre os tubérculos, a batata teve preço recorde, em 2013. Na sequência plantou-se muito. Caiu, mas ainda dá para ganhar algum. Se continuar caindo, e vocês enjoarem do purê, deem-nas de presente aos queridos alemães, pela reconhecida condescendência germânica de pararem no 7º gol e não ferirem mais o nosso orgulho. Será uma merecida retribuição.

Sempre haverá, no entanto, alguns produtos para mostrar que os alimentos estão pela hora da morte. Isso atende perfeitamente o inquebrantável Fla-Flu político brasileiro.

Os olhos de William e Patrícia, no Jornal Nacional, poderão se espantar com o caqui, a beterraba, o cará, as endívias, sei lá. Tudo pode acontecer neste mundo de Deus, onde quem planta tem culpa e quem come tem fome.

Chuchus e tomates, deixo aos sabores e conhecimentos técnicos de ministros e economistas-chefes de instituições financeiras.

Vou dar uma andada por uns sertões brasis. Volto logo, um cordel aqui outro ali. Carregarei comigo uma preciosidade encontrada empoeirada em minha estante: A Crise Agrária, de Alberto Passos Guimarães (Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979).

Na volta, conto o que encontrei nessa releitura. Será interessante saber o que se achava do como ficou.

Se eu não mudar de ideia, é claro.

Recursos contratados do Funcafé totalizam R\$ 2,392 bilhões – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/07/2014

Dois novos contratos assinados pelo Ministério da Agricultura somam R\$ 203 milhões

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) assinou dois novos contratos com agentes financeiros para repasses de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) no valor de R\$ 203 milhões, aprovados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.325/14 e nº 4.340/14. Os extratos desses contratos foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (25).

Os contratos financiarão operações de custeio (R\$ 609 milhões), estocagem (R\$ 969 milhões), aquisição do café (FAC - R\$ 529 milhões), capital de giro para indústrias de torrefação (R\$ 51 milhões), de café solúvel (R\$ 80 milhões) e cooperativas de produção (R\$ 154 milhões), totalizando R\$ 2,392 bilhões.

Os agentes financeiros contratados são Banco BNP Paribas Brasil S.A. e Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO.

O caminho das águas. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 26/07/2014

Está faltando na nossa galeria de visionários populares um personagem como o inesquecível Vasco Moscoso do Aragão -capitão de longo curso, herói de Jorge Amado em "Os Velhos Marinheiros"- a que possamos recorrer emblematicamente para reconhecer um dos mais graves gargalos da política nacional de transportes: a navegação de cabotagem.

Surgiu outro dia, em meio a uma discussão sobre programa de hidrovias, a questão da cabotagem, navegação realizada entre portos ou pontos do nosso território, usando a via marítima ou as vias navegáveis interiores. E logo se enumeraram problemas e obstáculos típicos dos temas marginalizados.

O primeiro deles é justamente a falta de comandantes e marinheiros em número e qualificação, como nunca aconteceu no passado da frota dos "itas" –prefixo tupi-guarani que identificava a classe de navios mistos de cargas e passageiros que ligavam o Brasil de norte a sul, como Itaimbé, Itaipu, Itajubá, Itanagé, Itapagé... Pertenciam à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Por falta de uma rede contínua de rodovias e ferrovias, a solução eram os itas. Um tempo invocado na canção de Caymmi: "Peguei um Ita no norte e vim no Rio morar...". Por escassez da oferta de mão de obra e vantagens trabalhistas diferenciadas do mercado internacional, montar uma tripulação para cabotagem no Brasil custa o dobro do praticado no mercado internacional.

Na verdade, há um acúmulo de pegadinhas, defasagens e anacronismos legais, tributários e burocráticos que se acumulam ao longo de décadas e são típicos de atividades econômicas que saem do campo visual dos planejadores.

Caso exemplar é o tal AFRMM –o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante–, que poderia ser substituído por linhas de crédito, como faz o BNDES com outros setores, eliminando um significativo item do custo administrativo do setor.

Há também inexplicável injustiça na política de preços do combustível, isento de tributos para o transporte de longa distância e, no caso do caminhão, com uma política de preço fixo na bomba.

Na cabotagem, o preço flutua, acompanhando o mercado internacional. E há, ainda, a burocracia intransponível para habilitar o comandante de um navio que frequenta semanalmente o mesmo porto. Com isso, fica a necessidade de contratar a mão de obra de práticos, onerando ainda mais o custo do transporte.

A questão da cabotagem não pode ser tratada isoladamente, mas integrada a outros modais e com a padronização da documentação simplificada, como no transporte rodoviário. Precisamos fomentar os caminhoneiros do mar, dando tratamento diferenciado principalmente às cargas domésticas transportadas pelo sistema de cabotagem.

Nada, porém, supera a vantagem natural da extensão do litoral, uma via disponível para ir e vir de mais de 7.400 quilômetros de extensão –"do cabo Orange ao arroio do Chuí"– que dispensa investimentos de manutenção.

Talvez não existam mais os elementos lúdicos dos Velhos Marinheiros da fábula de Jorge Amado para atrair tripulações nem seja possível restabelecer o transporte de passageiros que pegavam "um Ita no norte". Como concorrer com a rapidez das linhas aéreas que já venceram até a competição tarifária com os ônibus?

Mas uma simples listagem das vantagens econômicas da cabotagem para transporte de cargas daria suporte a um grande projeto de sua reconstrução e ativação. Afinal, trata-se do meio de transporte de cargas que custa menos, oferece menor índice de acidentes e riscos de avarias, menor consumo de combustível e, conseqüentemente, menor poluição.

Se há muito proclamamos a riqueza verde da nossa floresta amazônica, falta desbravar o que a Marinha brasileira denomina Amazônia Azul, patrimônio inestimável em águas navegáveis, equivalente à metade do território nacional. É hora de fazer florescer nesse azul, por onde circulam 95% do nosso comércio exterior, a navegação de cabotagem.

Remessa de 2,4 mil toneladas milho vai atender Roraima. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 28/07/2014

O estado de Roraima vai receber 2,4 mil toneladas de milho dos estoques do governo. Nesta segunda-feira (28), a Conab comercializou o lote relativo à operação de contratação de serviços de transporte para a remoção do produto do município de Sapezal, no Mato Grosso, para a capital, Boa Vista.

A quantidade negociada representa 86,66% do total ofertado. O grão vai atender pequenos criadores de animais localizados na região e será comercializado pelo Programa Vendas em Balcão. O restante da oferta, que teria como destino o município de Santa Helena de Goiás, não teve interessados.

O milho pertence aos estoques governamentais de Contrato de Opção e da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). As exigências para a entrega do produto, como prazo de execução e compatibilidade entre volume transportado e capacidade de recepção do armazém, estão previstas no Aviso nº 95/2014, disponível no site da Conab.

Publicados preços mínimos para produtos extrativos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/07/2014

Os preços mínimos variam entre R\$ 0,43 e R\$ 8,12

Foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (28) a Portaria nº 747 de 25 de julho de 2014, que estabelece os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2014/2015 em favor dos produtores. O período de vigência vai até junho de 2015.

Os produtos são açaí, andiroba, babaçu, barú, borracha natural, cacau, carnaúba (cera e pó cerífero), castanha-do-Brasil com casca, juçara, macaúba, mangada, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Os preços mínimos variam entre R\$ 0,43 e R\$ 8,12.

O adubo é dinheiro. Mário Bittencourt – Site da Carta Capital, Economia. 29/07/2014

O Pará disputa com a Bahia o primeiro lugar na produção de cacau no País

A literatura, a música e as novelas ligaram no imaginário popular o cacau e a Bahia. O estado nordestino continua a ser o maior produtor nacional, mas a expansão do plantio se dá em outra região. É no Pará, em meio à floresta, que o fruto tem se expandido com maior velocidade e mais eficiência (a produtividade chega ao dobro das plantações baianas). “O plantio aumentou muito nos últimos anos. O solo menos desgastado contribui para obtermos melhores resultados”, diz o agrônomo Jay Wallace da Silva e Mota, superintendente da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira do Pará. A disponibilidade de financiamento é uma das principais explicações para os bons resultados. O estado é o único com mecanismo de apoio específico ao setor, o Fundo de Apoio à Cacaucultura. A área plantada deve aumentar em mil hectares neste ano.

O preço internacional do produto subiu 21% em 2013, terceiro ano de déficit de produção em relação ao consumo mundial. A defasagem deverá continuar. A produção africana enfrenta condições climáticas desfavoráveis e a demanda é puxada pelo aumento do consumo de chocolate na Ásia, de 6,9% no ano passado, com previsão de atingir 6,6% neste ano. O aquecimento do mercado e a utilização dos estoques deverão estimular a produção brasileira. O consumo mundial de cacau é de 4,2 milhões de toneladas.

Em 2013, a produção do Pará atingiu 79,8 mil toneladas (30% do total nacional) e a da Bahia, 158,1 mil toneladas. A produtividade paraense cresce 15% ao ano desde 2000 e

atingiu 916 quilos de amêndoas por hectare, enquanto a baiana não chega a 500 quilos. O setor tem 17 mil produtores e gera 240 mil empregos diretos e indiretos.

A Bahia industrializa todo o cacau produzido no Brasil. As 15 fábricas de chocolate são remanescentes do período áureo da cultura, dizimada pela praga da vassoura-de-bruxa a partir da década de 1980. Muitos produtores não conseguiram se recuperar do endividamento gerado pela crise e ficaram sem recursos para investir em novas tecnologias e na recuperação do solo esgotado pela exploração intensiva.

Criado em 2008 para dar suporte ao Programa de Aceleração do Crescimento da Cacaicultura, conhecido no estado como o “PAC do Cacau”, o Funcacau viabilizou investimentos de 8,4 milhões de reais entre 2010 e 2013. “Se o Pará continuar no ritmo atual e a Bahia não fizer novos investimentos, acredito que em poucos anos se tornará o primeiro do Brasil em produção”, prevê o empresário e produtor baiano Marcos Lessa.

Uma das causas do aumento de produtividade da cultura do cacau no Pará é a utilização do método agroflorestal. A diversidade de espécies dificulta a propagação de pragas, ao contrário do que costuma ocorrer em plantações homogêneas.

FAEC apoia a regulamentação trabalhista – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Trabalho e previdência. 29/07/2014

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará – FAEC, Flávio Saboya, reuniu-se com representantes do setor para tratar da regulamentação trabalhista dos produtores que realizam o extrativismo da carnaúba.

Flávio Saboya defendeu a importância dessa regularização. “A Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará tem um posicionamento muito claro. Nós pretendemos dar conhecimento a todos os sindicatos do nosso Estado sobre os procedimentos necessários que devem ser adotados pelos seus filiados quando realizam essas parcerias com arrendatários de carnaúba. Esse trabalho deve ser feito para que eles possam exigir desses produtores o cumprimento do que determina a Norma Regulamentar NR31 do Ministério do Trabalho e Emprego, e passar a cobrar dos produtores essas determinações que são obrigatórias pela lei. Os produtores dessas áreas devem se tornar verdadeiros fiscais do Ministério do Trabalho”, afirma o Presidente da FAEC.

Na reunião, também foram abordados tópicos como condições de trabalho e fiscalização das atividades. “Entendemos que essa atividade merece cumprir todas as atividades legais. Temos o papel de conscientizar os nossos produtores através dos sindicatos rurais, para que assim eles possam estar atentos e atendendo as determinações da Lei”, reafirmou Flávio Saboya.

Estiveram na reunião o superintendente do SENAR-CE, Paulo Helder Braga, Elder Aguiar (Sindicato de Moraújo), Ossian Dias (Sindicato de Morrinhos), Carlos Alberto Trindade, representando o Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região – TRT7, Jucileide Maria Nogueira (FAEC), Nilza Luna (FAEC), Francisca Ivonisa Holanda (Senar-Ce), Paulo Remígio (SENAR), Antônio Carlos Freitas (TRT7) e Jussara Dias (FAEC).

A FAEC está trabalhando em conjunto com o TRT e busca dar continuidade ao projeto, que foi iniciado em 2012, pelo Piauí, e desde 2013 é atuante no Ceará.

FETAG-BA debate a agricultura familiar no 8º Congresso Estadual e celebra os 50 anos da entidade – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/07/2014

O 8º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Bahia está sendo realizado em Salvador entre os dias 28 e 30 de julho. Agricultores de diversos municípios e autoridades participaram do evento de abertura, segunda (28), no Hotel Sol Bahia, no bairro de Patamares. O evento comemora o aniversário de 50 anos da entidade sindical e significa mais um avanço da categoria e a avaliação da sua ação sindical no MSTTR; um momento de reflexão e análise do cenário conjuntural em que vivem os trabalhadores e trabalhadoras rurais, avaliando a ação sindical desenvolvida pelo MSTTR no país e no estado, bem como, deliberando sobre o plano de ação e elegendo a nova direção da Federação para o próximo quadriênio.

A categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais esteve representada por mais de 1.000 delegados, outras representações de centrais sindicais, lideranças de diversos movimentos sociais, além de parlamentares. O presidente da entidade, Cláudio Bastos, falou da ampla representação da classe como uma mostra da importância que a entidade tem para os trabalhadores rurais e de como será organizado as temáticas no evento. "Este é o maior evento de trabalhadores e trabalhadoras rurais realizado no nosso estado. O debate se dá em torno de dez comissões, levando em conta a organização da juventude, das mulheres, da terceira idade, entre outros temas como a reforma agrária, a questão ambiental e a sucessão rural", enfatizou.

A iniciativa da FETAG-BA busca fazer conhecer e levar a prática aos Pólos e STTR's esse plano de ação. É preciso que os trabalhadores de base participem das discussões e decidam sobre os rumos da luta e organização da categoria, como também do desenvolvimento em nível local da implementação e consolidação do PADRSS, buscando analisar o contexto das políticas e instrumentos que estruturam o atual modelo de desenvolvimento. Tal prática possibilita refletir sobre as mudanças que estão acontecendo no campo, as quais afetam e influenciam a organização sindical. Temos como elementos de análise e reflexão nossos 50 anos de existência e de luta, e como marco referencial 2014 é o ano internacional da Agricultura Familiar e cabe, neste momento, pensar numa postura política diante deste modelo de sociedade.

Em nível estadual faz-se aprofundar o debate político da categoria, reunindo a diversidade e as identidades regionais da Bahia, esse Estado multirracial que tão bem caracteriza nossos Territórios Rurais. A discussão do Documento Base no 8º CETTR foi realizado em Grupos de Trabalho, onde os delegados e delegadas realizaram a leitura e o debate do Documento, acrescentando propostas de alterações a cada comissão temática que foram levadas para apreciação em plenária.

COMISSÕES TEMÁTICAS

REFORMA AGRÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

POLÍTICA AGRÍCOLA MEIO AMBIENTE

GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS

POLÍTICAS SOCIAIS FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA

JUVENTUDE RURAL

ORGANIZAÇÃO E LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
TERCEIRA IDADE

Projeto vai fortalecer cooperativismo no Paraná – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 30/07/2014

Intenção é estabelecer ações que promovam maior visibilidade para a produção alimentar

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/Mapa) proorgou a vigência convênio com a União das Cooperativas da Agricultura Familiar de Francisco Beltrão no Paraná para fortalecer ações do cooperativismo com processos que promovam o desenvolvimento do cooperativismo solidário, com interação e sinergia entre as redes de cooperação.

O objetivo é estabelecer ações de cooperativismo com processos que promovam maior visibilidade para a produção alimentar, aprimorando planos de desenvolvimento do cooperativismo solidário, gerando a construção de estratégias unificadas, produção, organização, gestão e feiras produtivas. O convênio vai até junho de 2015.

CNH Industrial tem lucro líquido de US\$ 354 milhões no 2º trimestre. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2014

SÃO PAULO - A multinacional CNH Industrial, que atua nas áreas de máquinas agrícolas e de construção, veículos comerciais, ônibus e carrocerias, motores e transmissão, informou hoje que teve um lucro líquido de US\$ 354 milhões no segundo trimestre, crescimento de 71% em comparação com os US\$ 283 milhões em igual período do ano passado.

No segundo trimestre, a CNH Industrial registrou uma receita líquida de US\$ 8,911 bilhões, avanço de 0,9% ante os US\$ 8,829 bilhões apurados no mesmo intervalo do ano passado. No período em questão, o lucro operacional das atividades industriais totalizou US\$ 678 milhões, queda de 8% na comparação com igual intervalo de 2013.

O segmento de equipamentos agrícolas foi responsável por 50% da receita líquida da CNH no segundo trimestre e, também, o que mais contribuiu para o lucro operacional da companhia, mesmo com um desempenho inferior ao registrado em igual período de 2013.

No segundo trimestre, a receita líquida da área agrícola totalizou US\$ 4,436 bilhões, queda de 2,3% na comparação com igual intervalo do ano passado. Na mesma comparação, o lucro operacional do segmento caiu 14%, para US\$ 632 milhões.

De acordo com a CNH, essa queda da receita líquida do segmento agrícola reflete o menor volume de vendas nos países do Nafta (EUA, Canadá e México) e na América Latina — principal produtor agrícola da região, o Brasil vem registrando seguidas quedas nas vendas de máquinas agrícolas neste ano —, bem como de um mix de vendas menos favorável, que foi parcialmente compensado por preços e controle de custos, segundo a empresa.

No segundo trimestre, o Nafta respondeu por 43% da receita líquida do segmento agrícola, enquanto que a América Latina representou 10%, conforme informações da CNH.

Lucro líquido da Mosaic cai 42,2% no 2º trimestre, a US\$ 248,2 milhões. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2014

SÃO PAULO - A empresa americana de fertilizantes Mosaic registrou um lucro líquido de US\$ 248,4 milhões no segundo trimestre fiscal deste ano, queda de 42,2% em relação ao resultado de US\$ 429,8 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Por ação, o lucro ficou em US\$ 0,64 ante US\$ 1,01 um ano antes.

Nos seis primeiros meses deste ano, o lucro líquido da Mosaic ficou em US\$ 466 milhões, queda de 42,4% em relação aos US\$ 809,6 milhões registrados um ano antes.

As vendas líquidas da companhia no trimestre que se encerrou em 30 de junho totalizaram US\$ 2,44 bilhões, ante US\$ 2,62 bilhões no segundo trimestre do ano passado, recuo de 6,9%. No acumulado semestral, as vendas somaram US\$ 4,43 bilhões, ante US\$ 4,93 bilhões um ano antes.

Os ganhos operacionais durante o trimestre somaram US\$ 403,7 milhões, abaixo dos US\$ 525,7 milhões um ano atrás. No semestre, os ganhos operacionais ficaram em US\$ 669,8 milhões ante US\$ 1,02 bilhão nos primeiros seis meses de 2013.

“Os negócios da Mosaic se aceleraram do primeiro para o segundo trimestre”, disse em comunicado à imprensa, o CEO interino Larry Stranghoener. “A demanda global por fosfatos empurrou os preços para cima, enquanto a demanda por potássio ultrapassou nossas expectativas”.

Stranghoener também afirmou que o CEO da empresa, Jim Prokopanko, retornará de uma licença médica em 04 de agosto de 2014.

O Ebit (lucro antes dos impostos e taxas) da Mosaic ficou em US\$ 333,1 milhões no trimestre, queda de 39,6% na comparação anual. E, no semestre, US\$ 551,5 milhões em comparação a US\$ 1,06 bilhão um ano antes.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa